



200

200 ANOS DE INDEPENDÊNCIA.
**A INDÚSTRIA E O
FUTURO DO BRASIL.**



Confederação Nacional da Indústria
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA



DESENVOLVIMENTO
SOCIAL

PARA AVANÇAR, PRECISAMOS SUPERAR PROBLEMAS ESTRUTURAIS



Maria Alice (Neca) Setubal

Socióloga, é presidente do Instituto Tide Setúbal, Organização Não Governamental que fomenta iniciativas voltadas para a justiça social e o desenvolvimento sustentável de periferias urbanas. Presidiu, também, o Conselho de Administração do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC)

Precisamos reconhecer que, nesses 200 anos, desde a Independência, conquistamos avanços significativos em diversas áreas, como educação, saúde e meio ambiente. Por outro lado, acumulamos vários atrasos estruturantes, que precisamos superar para alcançarmos um desenvolvimento social consistente, pensando sempre de forma ampla e sistêmica. Primeiro, a questão do patrimonialismo: a ambiguidade entre os interesses público e privado, nos quais, para manter seus privilégios, alguns setores se apropriam de partes do Estado. Isso está enraizado em todo o desenvolvimento brasileiro e precisa ser superado.

Muito enraizada também na nossa cultura estão as relações personalistas que se sobrepõem às relações de cidadania, dos direitos universais. Durante a pandemia, tivemos inúmeros depoimentos, filmados e divulgados pela mídia, que escancaram essa relação. Lembro de uma senhora que estava com o marido em uma loja, quando um segurança pediu: “Cidadão, por favor, precisa colocar a máscara”. A senhora respondeu: “Cidadão não. Ele é engenheiro”. Mantém-se a visão de conservar os privilégios: não queremos ser iguais e o título de doutor define a posição.

Avançamos bastante ao enxergar que o racismo estrutural permeia nossas instituições. Saímos da ilusão de uma democracia racial, mas ainda temos um longo caminho a percorrer, sobretudo no combate ao modelo de patriarcado.

O Brasil precisa superar esses pensamentos personalistas e patrimonialistas. Avançamos bastante ao enxergar que o racismo estrutural permeia nossas instituições. Saímos da ilusão de uma democracia racial, mas ainda temos um longo caminho a percorrer, sobretudo no combate ao modelo de patriarcado. Somos uma sociedade muito machista, na qual a violência doméstica ainda predomina. Somos um dos países com o maior número de feminicídios. Isso dificulta, atrasa e, muitas vezes, impossibilita o desenvolvimento social. Há, ainda,

questões do mundo contemporâneo, que não estão apenas em nosso país, mas que precisamos enfrentar para atingir maior igualdade social: mudanças climáticas, percebidas em todo o planeta; democracia sofrendo ataques diários em vários países do mundo, inclusive no Brasil; e a questão do trabalho, ameaçada pelo advento de novas tecnologias.

Precisamos ter em mente que alguns retrocessos atuais vão impactar a questão social brasileira de forma muito dramática nos próximos anos e décadas. A permanência da pobreza e da extrema pobreza é uma característica que macula nossa caminhada ao longo desses 200 anos e dificulta nossa marcha ao futuro. É trágico o declínio que sofremos recentemente nessa área, especialmente durante a pandemia. Por falta de uma política nacional que pudesse coordenar as questões envolvidas no desenvolvimento social, um enorme contingente voltou à pobreza e ao desemprego, que já era grande.

Além disso, está ocorrendo uma diminuição expressiva do gasto em educação por aluno, assim como do número de matrículas. A quantidade de jovens que não trabalha e nem estuda subiu para 27% da população juvenil. Precisamos enfrentar esses recuos e avançar em direção a uma sociedade de maior inclusão, uma sociedade de bem-estar, uma sociedade que esteja pautada pelos direitos e pela justiça.

PONTES PARA O SOCIAL

A desigualdade social e a pobreza devem ser enfrentadas pela sociedade brasileira como um todo, porque afeta a todos nós, afeta o dia a dia com violência e desgasta o tecido social. É fundamental pensar qual política pública queremos para o Brasil na área social para os próximos anos, que não apenas um “auxílio emergencial”. É nesse sentido que coloco a ideia de renda básica com foco na criança. Há vários estudos mostrando a importância e a necessidade de uma política que focalize a transferência de renda na infância.

Todos os brasileiros das classes A, B, C, D ou E têm subsídios do Estado para a educação. As classes médias e altas já descontam no seu Imposto de Renda a mensalidade da escola. Precisamos avançar nas políticas públicas, pensando em um subsídio que todas as famílias brasileiras recebam; uma política pública consistente, que avance em relação ao Bolsa Família e, sem dúvida, ao Auxílio Emergencial, que não chega a ser uma política.

É essencial, também, fomentar o empreendedorismo nos territórios de maior carência, não como panaceia para resolver todos os problemas do trabalho, mas como alternativa, combinada com uma renda básica focada na criança. Essa

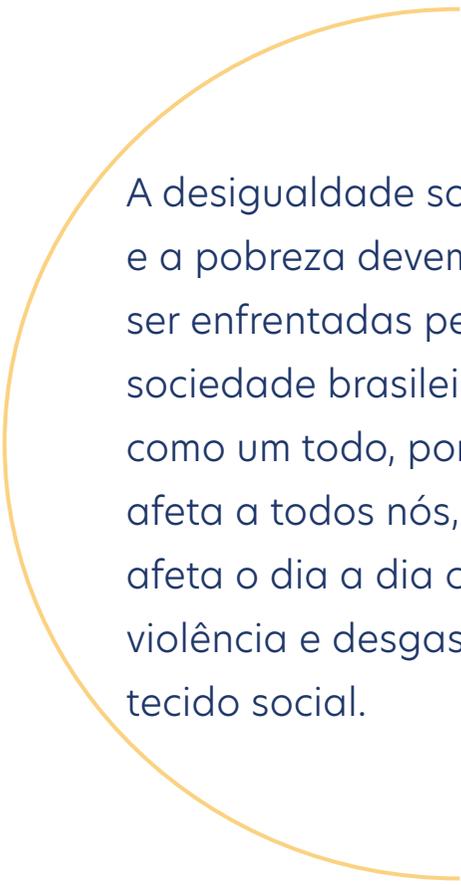
renda alivia o pai para poder ser um empreendedor e não estar o tempo todo pensando na sobrevivência diária. O empreendedorismo precisa de capacitação, da escola dialogando com o jovem, de instituições como o SESI e SENAI interagindo com a favela, com linguagem contemporânea, que traga sentido à escola e à pedagogia usada. Passa, ainda, por políticas de microcrédito e de cooperativismo, bem como pela descentralização de compras do Estado para oferecer condições aos empreendedores locais.

Do Palácio do Planalto ou do Palácio Bandeirantes (*sede do governo paulista*) não se consegue chegar à população, que mora e vive lá no território das favelas. O mapeamento das reais necessidades e potencialidades de cada comunidade só será feito com uma integração entre governos, sociedade civil, organizações de base e empresas. Organizações como a CUFA (*Central Única das Favelas*) – que fazem a ponte entre governos, empresas, fundações e pessoas físicas – precisam ser abraçadas e apoiadas nas comunidades. Não é fácil, mas vimos muitos exemplos de sucesso na pandemia, graças a essas parcerias. Nesse período, saltou aos olhos também a atuação afirmativa de lideranças periféricas, negras e femininas. Vale destacar que muitos desses jovens que hoje são líderes em suas comunidades conseguiram entrar na universidade graças às cotas sociais, ao ProUni (*Programa Universidade*

para Todos) e ao FIES (*Fundo de Financiamento Estudantil*). São políticas públicas que, depois de 10 anos, mostram resultados sociais relevantes.

A pandemia acelerou, também, a adoção do conceito de ESG nas organizações: políticas que contemplem a minoração dos efeitos das mudanças climáticas, a responsabilidade social e a governança transparente. Esse conceito veio para ficar, porque, entre outros motivos, os fundos de investimento estão pressionando e as redes sociais estão vigilantes na busca desses resultados. A questão da equidade racial e de gênero também passou a fazer parte das preocupações de diversas empresas, que estão buscando aumentar a diversidade em seus quadros de colaboradores, nos seus conselhos e nos cargos de liderança.

Um exemplo de iniciativa nessa área é o *Movimento pela Equidade Racial (Mover)*, composto por mais de 50 empresas, que se organizaram para combater o racismo tanto dentro quanto fora de seus respectivos domínios. Outras parcerias nessa mesma linha estão sendo firmadas entre comunidades, empresas e universidades, na busca de soluções para problemas como os existentes em diversos territórios. São avanços capitaneados pela sociedade civil, que também já começam a render frutos e poderão ajudar a impulsionar o desenvolvimento social do país nas próximas décadas.



A desigualdade social e a pobreza devem ser enfrentadas pela sociedade brasileira como um todo, porque afeta a todos nós, afeta o dia a dia com violência e desgasta o tecido social.

A ARMADILHA DA BONDADDE

*Ao mesmo tempo em que defende que, para se desenvolver socialmente, o Brasil precisa superar problemas estruturais históricos – como o patrimonialismo, o corporativismo, o machismo e o racismo –, a socióloga **Neca Setubal** chama a atenção para a necessidade de agirmos de forma pragmática. Advoga pela retomada de políticas públicas, como transferência de renda focada na criança. Destaca, também, a importância de programas implementados nas últimas décadas, que propiciaram um maior e mais diversificado acesso de jovens de baixa renda e de escolas públicas às universidades.*

A socióloga tem razão e faz propostas corretas. Entretanto, é preciso evitar cair na armadilha de um “neoliberalismo social” que, no intuito de corrigir as falhas do passado, protegendo aqueles que ficaram excluídos dos benefícios, ignora a necessidade de transformações estruturais de que o país necessita. O uso da seleção meritocrática pura leva à exclusão dos excluídos. Daí a ideia de criar políticas para facilitar o ingresso em bons empregos e na universidade aos que foram excluídos do progresso educacional no passado. Contudo, ignorar a importância do mérito leva ao risco de quebra da eficiência no futuro, mitigando o erro social no presente, mas sacrificando a eficiência necessária para aumentar a renda social e produzir bens e serviços essenciais para atender às demandas dos pobres. Além disso, é um erro relevar as mudanças estruturais que assegurem educação de qualidade igual para todos.

Recentemente, o Auxílio Emergencial foi rebatizado como Auxílio Brasil e tornado permanente, como se o Brasil não tivesse esperança nem propósito de, algum dia, ninguém precisar dessa ajuda. Está em discussão prorrogar por 50 anos o prazo de vigência das cotas sociais para ingresso na universidade, como se não houvesse intenção de a escola ser de qualidade igual, independente de renda, endereço, raça e gênero, tornando desnecessárias as políticas afirmativas.

Desde a Independência, o Brasil colocou em prática diversas medidas corretas do ponto de vista social, mas que funcionaram como armadilhas da bondade: a concessão de subsídios permanentes a empresas, promovendo acomodamento na ineficiência; a estabilidade do emprego público, levando ao descuido com a função e com o atendimento correto à população; a aprovação automática nas escolas, gerando repulsa à avaliação; e o Auxílio Brasil, provocando fuga de trabalhadores do setor formal.



Confederação Nacional da Indústria
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA